Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho

Convergências e divergências nas condições de trabalho na Europa: 1990–2005

Resumo

Introdução

Em 2005, a Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho (Eurofound) realizou o seu quarto inquérito europeu sobre as condições de trabalho (EWCS), cuja primeira edição foi realizada em 1990. Durante este período de 15 anos, registaram-se na União Europeia mudanças significativas a vários níveis. Aos 12 Estados Membros que compunham a UE em 1990 juntaram se mais 15 países. Assim, o inquérito de 2005 abrange 27 Estados Membros da UE (UE27), bem como a Croácia, a Turquia e a Suíça. As mudanças ocorridas na UE também incidiram mais no plano estrutural e reflectiram-se em toda a organização da economia europeia, nos mercados de trabalho e nas condições de trabalho.

Assim, o conteúdo deste inquérito sofreu uma evolução significativa durante esse período. Contém agora mais perguntas e deixou de se centrar apenas nos tradicionais riscos de natureza ergonómica para abranger inúmeras questões relacionadas com a abordagem multidimensional das condições de trabalho e, de um modo mais geral, da qualidade da vida activa. Este relatório visa essencialmente analisar duas questões relacionadas com a investigação. Em primeiro lugar, visa observar através das várias edições do inquérito a existência de tendências relativas de convergência ou de divergência ao longo do tempo relativamente à qualidade da vida activa. Em segundo lugar, procura ver se existem tendências similares visíveis entre os países europeus durante o período em análise.

Contexto político

As mudanças estruturais ocorridas na UE têm-se reflectido em certa medida na concepção das políticas europeias e nacionais, nomeadamente através da Estratégia Europeia para o Emprego e da Estratégia de Lisboa. Vários estudos recentes apresentam, no entanto, um quadro misto no que se refere à qualidade do emprego na Europa, indicando que, apesar de algumas melhorias consideráveis, no que se refere, por exemplo, aos acidentes no local de trabalho, existem outros domínios da qualidade do emprego (como a intensificação do trabalho ou o acesso às oportunidades de formação) que não registaram melhorias palpáveis. Esta análise já tinha sido feita pela Comissão Europeia numa Comunicação relativa à qualidade do emprego, de 2003, tendo voltado a ser efectuada recentemente no relatório estratégico sobre a Estratégia de Lisboa renovada.

Estes estudos baseiam-se em vários conjuntos de dados e indicadores, usando uma abordagem puramente académica ou uma abordagem de carácter mais político, como o quadro conceptual e os indicadores aprovados no Conselho Europeu de Laeken em Dezembro de 2001. Uma das grandes lacunas verificadas no quadro europeu sobre a qualidade no emprego é a ausência de qualquer indicador relacionado com as condições de trabalho. Este relatório analisa, na perspectiva da qualidade do emprego, as tendências identificadas nos diferentes inquéritos realizados nos últimos 15 anos no que diz respeito às condições de trabalho.

Principais conclusões

Os estudos relativos à qualidade do trabalho e ao emprego realçam quatro dimensões principais: carreira e emprego, saúde e bem-estar, desenvolvimento de competências e equilíbrio entre vida profissional e vida pessoal. Cada uma destas dimensões inclui sub-tópicos que, em conjunto, abrangem todas as questões abordadas pelos questionários do inquérito e pelas políticas sociais e laborais europeias no seu todo. Na análise destas áreas, assim como da satisfação no emprego em geral, para avaliar a qualidade do emprego no seu sentido mais lato, as conclusões do inquérito revelam uma divergência relativa na Europa com a entrada dos 12 novos Estados-Membros em 2004 e 2007. Em termos médios, estes países revelam actualmente um desempenho mais fraco em termos de qualidade do emprego, mas os resultados também confirmam que estão a reduzir o atraso.

Entre os antigos Estados-Membros (UE15), o processo de convergência parece apontar não para uma melhoria dos resultados, mas sim para um nivelamento, em que o grupo dos países anglo-saxónicos registam um melhor desempenho em termos de qualidade de emprego, contrabalançando com o grupo dos países escandinavos que registam uma quebra nesse domínio. Entretanto, a situação verificada nos grupos continental e meridional permanece relativamente estável.

A diversidade interna nos grupos de países e dentro dos próprios países pode dever-se às diferentes políticas públicas e às diferentes estratégias económicas. O desenvolvimento do sector dos serviços, assim como o declínio dos sectores industrial e agrícola, tiveram impactos diferentes nos vários países e tal se deve em parte às diferenças existentes entre os países e grupos de países.

Os resultados nacionais apresentados neste relatório revelam que, dentro de cada grupo, existe um elevado grau de variabilidade. A Finlândia diferencia-se cada vez mais dos outros países escandinavos, mas as diferenças entre a Dinamarca e a Suécia são, por outro lado, mais marcantes actualmente do que há 10 ou 15 anos. No grupo continental, os Países Baixos e, em menor grau, a Áustria também divergem dos outros países do mesmo grupo. No grupo da Europa do Sul, a Espanha diverge mais da Itália actualmente, ao passo que Portugal e, sobretudo, a Grécia parecem divergir mais dos outros países do grupo do que na década de 1990.

A nível nacional, os padrões negativos de qualidade do emprego, como a exposição a riscos para a saúde ou o trabalho nocturno e ao fim-de-semana, estão a diminuir em quase todos os países. Os direitos dos trabalhadores melhoraram em termos de consulta e informação sobre riscos. Existem, no entanto, outros padrões negativos de qualidade do emprego (como o reduzido acesso às oportunidades de aprendizagem e de formação, o trabalho por turnos ou os horários de trabalho não fixos, o trabalho mais intensivo e o absentismo por motivos de saúde) que estão a aumentar em quase todos os países.

A falta de oportunidades de formação no local de trabalho é um problema particularmente importante. Apesar do destaque dado à aprendizagem ao longo da vida no discurso e nas políticas europeias e do específico método de coordenação aberto sobre a educação e aprendizagem ao longo da vida, ainda é necessário realizar muitos progressos para alcançar as metas definidas em Lisboa em 2000.

Indicações políticas

- Para assegurar uma melhoria geral das condições de trabalho em todos os países, será necessário envidar mais esforços no domínio da formação e da aprendizagem ao longo da vida.
- Existem na UE27 outros factores de risco e situações relacionadas com o trabalho que merecem mais atenção, nomeadamente a intensificação do trabalho e o aumento das taxas de absentismo.
- As informações detalhadas relativas à evolução económica e social nos novos Estados Membros ainda estão fragmentadas ou são pouco abrangentes, sendo de aprofundar mais os estudos neste domínio.
- Numa UE com 27 Estados-Membros, é difícil analisar tendências por países, pelo que a constituição de *clusters* (agrupamento de Estados-Membros com base nas suas similaridades) constitui uma alternativa viável. A formação de *clusters* pode, todavia, ocultar a diversidade interna e conduzir a uma distorção dos dados e factos. Assim, seria conveniente realizar também análises por país, dada a crescente diversidade existente dentro dos próprios *clusters*.

Mais investigação

- Tendo em conta a sua missão e recursos (inquéritos, observatórios e financiamento de estudos detalhados), a Eurofound pode desempenhar um papel útil no desenvolvimento de sinergias e na criação de uma *task force* transversal ou de um grupo de trabalho sobre a constituição de *clusters*.
- Aumentar o tamanho das amostras nacionais poderá contribuir para melhorar o próximo Inquérito europeu sobre as condições de trabalho, permitindo realizar uma análise mais aprofundada a nível sectorial e regional, por exemplo.
- Melhorar as amostras nacionais do inquérito constitui uma condição prévia necessária para que os inquéritos possam ser utilizados com maior eficácia na monitorização política, uma vez que este exercício assenta numa análise comparativa do desempenho nacional.

Informações adicionais

O Relatório sobre Convergências e divergências nas condições de trabalho na Europa: 1990–2005 está disponível em http://www.eurofound.europa.eu/publications/htmlfiles/ef08104.htm. Os dados, relatórios e análises detalhadas sobre o Inquérito Europeu sobre as Condições de Trabalho estão disponíveis no website do Observatório Europeu das Condições de Trabalho em http://www.eurofound.europa.eu/ewco/surveys/.

Sara Riso, Agente de Ligação (Informação)
sri@eurofound.europa.eu\